



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 3/XM/ 1.º SL

Aos 26 dias do mês de abril de 2022, pelas 15 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

Parte I

1 - Apreciação e votação da ata n.º 2/XV/1.º (correspondente à reunião de 19 de abril de 2022);

2 – Distribuição e nomeação de relator da seguinte iniciativa legislativa: Projeto de Lei n.º 52/XV/1.º (PCP) - Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes;

3 – Designação de relator para a elaboração do parecer sobre o Relatório Anual do Governo quanto à participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, intitulado «Portugal na União Europeia – 2021»;

4 - Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 4/XV/1.º (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2022 (parecer setorial: área da Defesa Nacional);

Relator: Deputado Rui Vilar (PSD)

5 – Discussão e votação nos termos dos n.ºs 7 e 10 do artigo 75.º do RAR, do Projeto de Voto n.º 3/XV/1.º - De Congratulação pelo 73.º aniversário da NATO, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL;

6 – Apreciação do Relatório da Execução da Lei de Programação Militar reportado ao ano de 2021;

7 – Apreciação do Relatório da execução da Lei de Infraestruturas Militares reportado ao ano de 2021;

8 - Outros assuntos.

Parte II

Audição dos candidatos a membros do Conselho Superior de Defesa Nacional, nos termos e para os efeitos do artigo 257.º, alínea h), do Regimento da Assembleia da República e dos artigos 11.º, alínea r), e 16.º, alínea j) do n.º 3, da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, republicada pela Lei Orgânica n.º 3/2021, de 9 de agosto.



Comissão de Defesa Nacional

Lista de candidatos:

- Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César (PS).
- Fernando Mimoso Negrão (PSD).

Aberta a reunião pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado António Prôa, no primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi apreciada e aprovada por unanimidade, na ausência do BE e da IL, a ata n.º 2/XV/1.ª, correspondente à reunião de 19 de abril de 2022.

No segundo ponto da ordem de trabalhos procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

PROJETO DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
PJL n.º 52/XV/1.ª (PCP)	<u>Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes</u>	<i>O GP do PS ficou de indicar o Relator</i>

Seguidamente, a solicitação da Comissão de Assuntos Europeus, procedeu-se à designação do relator do parecer sobre o Relatório Anual do Governo quanto à participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, intitulado «Portugal na União Europeia – 2021», tendo o Grupo Parlamentar do PS ficado de indicar o nome do relator. Com a anuência dos Grupos Parlamentares presentes, foi também designado o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) como relator do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022, relatório esse no qual deverão ser indicadas as iniciativas que a 3.ª Comissão considera de particular interesse para o seu acompanhamento.

No quarto ponto, procedeu-se à discussão do Parecer setorial na área da Defesa Nacional -, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Rui Vilar (PSD). Após o debate, em que intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Miguel Rodrigues (PS), João Dias (PCP), Patrícia Gil Vaz (IL) e Rui Paulo Sousa (CH), o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade.



Comissão de Defesa Nacional

No ponto seguinte, teve início a discussão, nos termos dos n.ºs 7 e 10 do artigo 75.º do RAR, do Projeto de Voto n.º 3/XV/1.ª (IL) - De Congratulação pelo 73.º aniversário da NATO, que foi apresentado pela Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL), seguindo-se no uso da palavra o Senhor Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD), que informou que o Grupo Parlamentar do PSD iria votar favoravelmente o voto apresentado pela IL e sugeriu que o mesmo fosse apresentado como um projeto de voto conjunto. O Senhor Deputado João Dias (PCP) declarou que o Grupo Parlamentar do PCP não acompanharia a sugestão feita pelo PSD e que iria votar contra o projeto de voto, por entender que a NATO não era uma organização de defesa e a liderança dos EUA impedia a adoção de uma estratégia de defesa da Europa autónoma. No mesmo sentido, a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) disse que o seu Grupo Parlamentar iria votar contra, também por entender que não havia memória de a NATO ter tido um papel defensivo, pelo contrário, muitas vezes tinha assumido um papel agressor e fora responsável por guerras consideradas ilegais pelas próprias Nações Unidas. O Senhor Deputado Rui Paulo Sousa (CH) informou que o Grupo Parlamentar do CH votaria favoravelmente o projeto de voto e o Senhor Deputado Diogo Leão (PS) declarou que o PS se revia por completo no projeto de voto apresentado e propôs que o mesmo fosse transformado num projeto de voto alternativo da Comissão, de igual teor, proposta que mereceu o acolhimento do Grupo Parlamentar da IL.

No final, submetido a votação, o projeto de voto alternativo da Comissão sobre a mesma matéria foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do CH e da IL e votos contra do PCP e do BE.

No sexto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do Relatório da Execução da Lei de Programação Militar (LPM) reportado ao ano de 2021, tendo usado da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Miguel Rodrigues (PS), Carlos Eduardo Reis (PSD), Patrícia Gilvaz (IL), João Dias (PCP) e Rui Paulo Sousa (CH). O Senhor Deputado Miguel Rodrigues (PS) começou por realçar o facto de a LPM se traduzir num dos maiores instrumentos de financiamento público plurianual, razão pela qual a sua importância e relevância estratégica não deveria ser subestimada, identificou alguns condicionalismos para a baixa taxa de execução e concluiu que o PS secundava a recomendação que constava do relatório relativamente ao valor não executado em



Comissão de Defesa Nacional

2021. O Senhor Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD) defendeu que o Relatório deveria ser apresentado por um membro do Governo, a fim de permitir um debate mais esclarecido e profícuo, sublinhou que não foi concluído qualquer dos projetos inscritos e manifestou a preocupação do PSD quanto aos atrasos críticos, sobretudo na área da ciberdefesa, e terminou dizendo que a taxa de execução estava muito longe do desejável. A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) declarou que a Defesa Nacional não podia continuar a ser tratada como «o parente pobre» pelo Governo socialista, porque as Forças Armadas sem verbas de pouco serviriam. O Senhor Deputado João Dias (PCP) referiu tratar-se de um relatório objetivo, mas que suscitava preocupações e dúvidas, designadamente quanto à capacidade operativa e modernização das Forças Armadas. Por último, o Senhor Deputado Rui Paulo Sousa (CH) disse partilhar das preocupações sobre a execução desses projetos e verbas e apelou a um reforço das verbas das Forças Armadas.

Os trabalhos prosseguiram com a apreciação do Relatório da execução da Lei de Infraestruturas Militares reportado ao ano de 2021, tendo usado da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Olga Silvestre (PSD), Manuel dos Santos Afonso (PS) e João Dias (PCP), que destacaram a necessidade de valorização do património e cultura militar, desiderato do qual a lei não se deve desviar, manifestando preocupação com o grau de execução das medidas previstas e o processo de rentabilização desse património, salientando a necessidade de aplicar os recursos obtidos com a alienação do património da Defesa na recuperação e melhoria das condições dos militares e das infraestruturas militares.

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD) destacou a especial relevância da intervenção do Presidente da República na Sessão Solene Comemorativa do XLVIII Aniversário do 25 de Abril, em que apelou ao reforço do investimento na Defesa, recordando que sem Forças Armadas fortes, unidas e motivadas a liberdade e a democracia ficariam mais fracas, palavras a que o Senhor Deputado Diogo Leão (PS) se associou.

Após uma curta interrupção, teve início a audição dos Senhores Deputados Francisco César (PS) e Fernando Negrão (PSD), candidatos ao Conselho Superior de Defesa Nacional, nos termos e para os efeitos do artigo 257.º, alínea *h*), do Regimento da



Comissão de Defesa Nacional

Assembleia da República e dos artigos 11.º, alínea r), e 16.º, alínea j) do n.º 3, da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, republicada pela Lei Orgânica n.º 3/2021, de 9 de agosto.

Após as intervenções iniciais dos candidatos, os Senhores Deputados Fernando Negrão (PSD) e Francisco César (PS), que fizeram uma breve apresentação dos respetivos currículos, manifestando total empenho no exercício das funções caso fossem eleitos, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Dora Brandão (PS), Carlos Eduardo Reis (PSD), Pedro Pessanha (CH) e Diogo Leão (PS), a cujas observações os candidatos responderam no final.

Por último o Senhor Vice-Presidente agradeceu a presença dos convidados e desejou-lhes êxito, quer na eleição, quer no exercício do novo mandato, sublinhando ser esta a primeira vez que a Comissão de Defesa Nacional realizava a audição prévia dos candidatos a membros do Conselho Superior de Defesa Nacional.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2022.

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

(António Prôa)



Comissão de Defesa Nacional

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Dora Brandão (PS)
Francisco César (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Adão Silva (PSD)
António Prôa (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
João Montenegro (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
João Dias (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Nelson Brito (PS)
Rui Lage (PS)
Fernando Negrão (PSD)
Helga Correia (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Rui Paulo Sousa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Pedro Matos Fernandes (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Ricardo Lino (PS)
Sérgio Ávila (PS)